



**TRABALHO E SAÚDE DO POLICIAL CIVIL: UMA
REFLEXÃO PSICOSSOCIAL
WORK AND HEALTH OF CIVIL POLICE: A
PSYCHOSOCIAL REFLECTION**

SOUZA, Rosilene Angélica da Silva¹

RESUMO

O artigo pretende ilustrar os impactos relacionados as condições de saúde física, mental e social do policial civil no espaço sócio institucional. Ressaltando a importância do Assistente Social não só no universo do capital, mas como também em diferentes espaços sócio ocupacionais como também no campo da saúde do trabalhador. Foram feitas análises bibliográficas podendo assim perceber a escassez de material publicado referente a essa temática. No entanto foi possível perceber o sofrimento do policial civil no espaço sócio institucional e o descaso por parte do Estado no cuidado da saúde desta categoria como também os desafios enfrentados pelo serviço social. Diante da realidade exposta almeja-se que sejam desenvolvidas no âmbito da Secretaria de Segurança Pública ações que possam influenciar abordagens diferenciadas, e saberes novos, e adequados para orientar intervenções sustentadas numa melhor qualidade de vida do policial civil.

Palavras-chave: Policial Civil. Trabalho. Saúde. Serviço Social.

ABSTRACT

The article aims to illustrate the impacts related to the physical and mental health conditions of the civil police in the social and institutional space. Emphasizing the importance of the Social Worker not only in the universe of capital but also in different socio-occupational spaces as well as in the field of worker health. Bibliographical analyzes have been carried out so as to perceive the scarcity of published material related to this theme. However, it was possible to perceive the suffering of the civil police in the socio-institutional space and the neglect on the part of the State in the health care of this category as well as the challenges faced by the social service. In view of the reality exposed, it is intended that actions that can influence differentiated approaches, and new knowledge, and adequate to guide sustained interventions in a better quality of life of the civilian police officer, be developed within the Scope of the Secretariat of Public Security.

Keywords: Civil Police. Work. Health. Social service.

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Delta, Residente em Saúde da Família – Programa Estadual de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (PERMUSF), Amargosa-Ba. E-mail: roseangelicaadvss@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Trabalho e Saúde do Policial Civil uma análise do serviço social que tem por finalidade compreender possíveis impactos na saúde da profissão de policial civil nos aspectos sociais da vida deste profissional, incluindo ambiente familiar, e condição de saúde mental. Para o serviço social os desafios na área saúde do trabalhador demonstra como ao longo dos anos a profissão se aproxima dessa demanda visto que há necessidade de um conhecimento que possui base teórica e metodológica, bem como ética e política para assim incidir sobre a realidade concreta para dar respostas às refrações do trabalho sobre à saúde do trabalhador.

O Serviço Social e a Psicologia Social relacionam-se de forma interdisciplinar, pois compartilham aspectos comuns de estudo, com várias áreas do conhecimento, ou seja, a interação do indivíduo na sociedade e as múltiplas expressões da questão social. Sob a ótica, dentro da temática geral, o interesse sobre esta pesquisa surgiu a partir do estágio curricular obrigatório realizado no serviço social do Departamento Médico da polícia Civil na cidade de Salvador BA. Esse período de estágio possibilitou a análise e observação da realidade vivenciada pelos policiais civis em relação ao alto nível de profissionais adoecidos não só no enfrentamento da violência em defesa da sociedade como também no espaço institucional em relação aos gestores autôcratas.

A categoria policial civil assume uma tarefa nada fácil pois enfrentam a dura realidade no combate à criminalidade é um órgão fiscalizado pelo judiciário, corregedoria, imprensa e população. Entre outras tarefas após a ocorrência de um crime investiga os fatos, registra ocorrências, elabora inquérito policial, cumpre mandados de prisão e de busca domiciliar, zela pela preservação e segurança da ordem pública, executa tarefas de identificação civil e criminal, quando necessário. Ainda a pesquisa tem como objetivo analisar os impactos relacionados as condições de trabalho do policial civil que têm implicações na saúde desta categoria no espaço sócio institucional.

Neste trabalho buscou-se aplicar a pesquisa bibliográfica ressaltando os aspectos que foram analisados por diferentes autores constatando assim os vários fatores que contribuem para o adoecimento desta categoria no ambiente de trabalho como o não reconhecimento do seu trabalho por parte da sociedade, números

excessivos de horas trabalhadas, chefias com controles cerrados como também o perigo que a profissão enfrenta.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, traz algumas reflexões sobre o trabalho, mostrando um breve histórico da atividade exercida por esses profissionais desde a antiguidade até os dias atuais e os espaços institucionais onde atuam.

No segundo capítulo é apresentado o impacto da atividade exercida pela profissão na saúde física e mental deste trabalhador tão necessário à sociedade e imprescindível para o Estado. No terceiro capítulo é feita uma análise em relação ao adoecimento deste profissional que traz sérios impactos na vida social e família. Portanto a motivação para analisar e compreender os impactos da atividade policial na saúde física mental desta categoria é trazer nova reflexão para o leitor em consideração a estes profissionais visto que exercem uma atividade que põem em risco a cada dia a sua própria vida em benefício de nossa segurança.

2. TRABALHO E ALIENAÇÃO: CONCEITUANDO O TRABALHO

Sabe-se que o trabalho existe desde o aparecimento do ser humano a partir do desenvolvimento de utensílios e ferramentas o homem começou a transformar a natureza. A criação do arado foi uma das primeiras revoluções no mundo do trabalho. Mais tarde a revolução industrial em seu modelo de produção capitalista viria afetar também não só o valor e as formas de trabalho, como a sua organização até as políticas sociais. (SILVA, 2010).

Segundo Antunes (2015, p.170) “o trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social condição para sua existência; é ponto de partida para humanização do ser social”. Ainda SILVA (2010) cita como exemplo da tese de Marx, apresentado por Gallo (1997, p. 44), destaca-se o modo de produção conhecido como taylorismo, teoria criada por Frederich Taylor (1856-1915). A lógica adotada no mundo fabril a partir dessa teoria é um exemplo de como o trabalho pode contribuir para o sofrimento e para alienação do homem.

Conforme Masi (2010) Taylor estabeleceu os princípios da racionalização, cujo objetivo é o aumento da produtividade com economia de tempo; toda produção era

cronometrada, pois o operário tinha um tempo instituído para realizar cada tarefa. Neste tipo de produção, o trabalhador é submetido a gestos rotineiros e não tem qualquer iniciativa: ele não pensa e nem cria, só realiza as funções.

Masi (2010) ainda acrescenta que Taylor e outros engenheiros progressistas consideravam o trabalho físico como uma desgraça a ser eliminada, mas não foi fácil para o trabalhador deixar o trabalho artesanal para o processo de mecanização. Consoante ao pensamento de Silva (2010), o capitalismo, por meio do assalariamento transforma em mercadoria, que ainda acaba desvalorizado, à medida que quanto mais produz, menos tem para consumir e quanto mais valor ele cria menos valioso ele se torna.

Percebe-se que é nesse sentido que o trabalho se torna alienado pois o trabalhador não tem a possibilidade de pensar e transformar, colocando-se de maneira submissa ao dono do capital a fim de manter sua sobrevivência. Portanto Gallo (1997. P.47) afirma, “há alienação quando, perdendo o domínio da produção de um objeto, o trabalhador vê o resultado de seu trabalho se tornar estranho a ele mesmo.”

2.1 TRABALHO DO POLICIAL CIVIL

As bases das primeiras atividades policiais foram lançadas na Europa. Conforme estudos de Scuro Neto (2004, p. 206), “em Portugal já em 1605, a administração do rei Felipe IV determinou que funcionários ficassem de prontidão para evitar que vadios, ladrões, escravos e a escórias em geral cometessem crimes e permanecessem impunes”.

Mais tarde no ano de 1801, ainda Scuro Neto (2004, p.208) afirma em seus estudos que em boa parte devido ao recrudescimento da violência e criminalidade em Lisboa (atribuído principalmente a soldados que chegavam das colônias ultramarinas), criou-se como em outras capitais europeias, um corpo militar, a Guarda Real da polícia, a pé e a cavalo, composta de 638 homens, logo a seguir bastante ampliada.

Essas transformações reproduziram na essência a abertura de novos espaços público, obrigando ao Estado moderno uma intensa atividade de controle e orientação e um novo conceito de polícia foi-se incorporando a esse processo emergente.

No Brasil conforme Holloway (1997), atribuiu o marco inicial da atividade policial a vinda da família real (1808), que possibilitou a reprodução das instituições burocráticas portuguesas em solo brasileiro, mesmo com toda subserviência da polícia brasileira aos interesses das elites portuguesas e brasileiras, há característica da polícia brasileira.

Segundo Holloway (1997) no aspecto social, a abolição da escravidão afetou profundamente a atividade policial. O papel da polícia concentrava-se no controle social na vigilância das classes urbanas perigosas, e com o fim da escravidão, as polícias reinterpretaram sua função na estrutura do controle social. Portanto é possível observar que a ação policial é marcada por uma herança baseada na abordagem de escravos, clientelista, sendo autoritária e discriminatória de acordo com a classe social a qual o indivíduo pertence, sendo assim, produzindo e reproduzindo o sistema de dominação da classe burguesa.

Escrivães faziam registros de prisões e ocorrências. Os dados abaixo atestam o funcionamento do sistema prisional no período Imperial, (HOLLOWAY,1997).

2.2. TRABALHO: PRAZER OU SOFRIMENTO?

Em seus estudos lamamoto (2014) apresenta os interesses contraditórios entre o capital e o trabalho ainda que não esteja claro aos seus agentes que a compra e venda da força de trabalho é a forma mediadora de subjugamento do trabalhador ao capital.

O trabalhador só é pago depois de ter vendido a sua força de trabalho; após o seu trabalho útil, que ao mesmo tempo criador de valor, ter sido colocado em funcionamento. Assim a classe trabalhadora adianta ao capitalista o seu trabalho, fornece-lhe um crédito, já que o dinheiro com que o trabalhador é pago desempenha a função de meio pagamento: o trabalhador só recebe seu salário após sua força de trabalho ter sido consumida produtivamente pelo capital. (IAMAMOTO, 2014, p.56).

Ainda na concepção de lamamoto (2014, p. 57) “o que o capitalista devolve ao trabalhador como fundo de trabalho ou salário é empregado na aquisição dos meios de vida do trabalhador e de sua família.” Os policiais civis enquanto

trabalhadores também vendem sua força de trabalho para o Estado o qual utiliza-se dessa força para manter o controle social como também a reprodução do capital.

Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha função estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais portanto esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são características ligadas ao exercício profissional. (MINAYO, 2007).

Outro fator que também contribui para o sofrimento na vida profissional do policial civil é o sistema hierárquico que prevalece na organização a isto refere-se, Dejours, (1992) que a desigualdade na divisão do trabalho é uma arma terrível e que servem os chefes a seu bel-prazer da própria agressividade, hostilidade ou perversidade.

Silva (2010) refere-se que “as condições de trabalho vividas pelos policiais os levam a desenvolver “estratégias coletivas de defesa”, contra o sofrimento gerado pela própria organização do seu trabalho”. Dejours (1992, p.35) ainda aponta que um dos objetivos da ideologia defensiva é “mascarar, conter e esconder uma ansiedade grave, sendo esse instrumento usado frequentemente pelos trabalhadores, sobretudo quando há sobrecarga de 48 horas e eles precisam aliviar sua insatisfação.

Quando o trabalhador se sente incapaz de se restaurar ou readaptar-se no trabalho, ou seja, quando ocorre um impedimento entre o empregado e a corporação, aí se inicia o sofrimento: “a energia poligonal que não acha descarga no exercício do trabalho se acumula no aparelho psíquico, ocasionando um sentimento de desprazer e tensão” (BETIOL, 1994, P.29).

A centralidade no trabalho Antunes (1999) nas vidas das pessoas é repleta de antagonismos e contradições pois ao mesmo tempo que é proporcionador de qualidade de vida, de satisfação das necessidades básicas, pode também apresentar o seu reverso, devido as condições destrutivas da organização que pode determinar a produção de doenças e mortes.

A construção do conhecimento é a compreensão das várias determinações que constituem o processo saúde-doença fazem parte a relação dialética entre o capital e o trabalho na explicitação do conjunto das refrações no corpo e na mente dos trabalhadores (MENDES; WÜNSCH, 2011).

Essa relação do trabalho segundo Dejours (1992, p.75) são todos os laços humanos criados pela organização do trabalho: relações com a hierarquia, com as chefias, com a supervisão, com outros trabalhadores e que são às vezes desagradáveis, até insuportáveis.

Como se refere Dias (1994. P.28) os trabalhadores vivem, adoecem e morrem da mesma forma que a população de um determinado tempo, lugar, e classe social, mas também, de forma diferente, decorrente de sua introdução particular no processo de produção, sustenta a proposição de que esta especificidade deve ser contemplada no atendimento às necessidades de saúde.

Outro autor que contribui para compreensão do processo saúde-doença como Mendes (2003) refere-se que a saúde do trabalhador pressupõe uma interface entre diferentes escolhas de intervenção que analisem as várias formas de determinação dos procedimentos de saúde-doença dos indivíduos.

Esse cenário é o solo fértil da profissão do assistente social, cujo objeto comunga das expressões presente na saúde do trabalhador e que se acomoda a questão social nos dias atuais (MENDES, 2011).

Silva (2010) cita que “todos os processos de trabalho ocorrem a relação de oposição entre sofrimento e prazer.” Na relação dialética entre prazer e sofrimento, constata-se no dia-a-dia do trabalho dos policiais civis, que o desempenho de suas atividades tende muito mais para o lado do sofrimento.

No fim, o centro da vida não é o trabalho, mas a vida em si mesma: a vida é tudo que temos. Todo o resto devemos colocar em seu serviço. Sendo assim, é o trabalho que deve estar a serviço da vida, e não o contrário (BERNAL, 2010, p. 30).

2.3 IMPACTO DA ATIVIDADE NA VIDA SOCIAL DO POLICIAL CIVIL

Tratando-se de vida Social sabe-se que “o ser humano é antes de tudo um ser social, e suas necessidades básicas incluem sempre necessidade de pertencer a um vários grupo de valor e de reconhecimento social, etc.” (BERNAL, 2010, P.156).

Portanto, conforme (Gonçalves; Vilarta 2004) o relacionamento Social é imprescindível para uma melhor qualidade de vida. O impacto das relações sociais da pessoa, em especial sobre sua relação com a família, no trabalho e no lazer,

realização de expectativas e satisfação com a vida sexual, além dos sentimentos de acesso a cautela de cuidados médicos, amparo da sociedade e apoio dos amigos e familiares é essencial para a realização de uma vida plena.

Também, na concepção de Zanelli (2010, P.36) “o bem-estar só é possível se as interações humanas no ambiente estiverem sustentadas em pressupostos de convivência com respeito mútuo, compromisso e contribuição para a saúde e coletividade organizacional.”

Catâneo (2009) cita que o policial trabalha diretamente sobre as regras de convivência humana, não há como dissociá-lo, na sua origem e aplicação, dos princípios morais, norteadores do comportamento humano.

O autor ainda enfatiza que:

Com vistas à construção de um mundo onde a convivência social seja possível, a conduta desejada de todos os seres humanos é caracterizada pelo respeito à vida e à dignidade dos outros seres e da natureza, tendo o ser humano como um fim das ações – nunca o reduzindo a um objeto ou meio. A conduta ética não é compatível com qualquer tipo de privilégio: visa igualdade de direitos e deveres. (CATÂNEO, 2009, P. 101)

Mas devido a sua condição de trabalho (Minayo; Souza 2003) em seus estudos sobre a polícia civil do Rio de Janeiro refere-se ao trabalho, à saúde, o modo de vida desses trabalhadores, apontando dentre outros achados que a categoria toda está exposta tudo fora dos locais de trabalho, pois o ofício do policial é uma “profissão perigo” nas palavras dos autores e é percebido e vivido pelos seus agentes como grande risco.

Como consequência desenvolve-se comportamento de desconfiança no policial do que resulta maior atenção a atitudes suspeitas nos ambientes em que está presente e a maior desconfiança no policial, do que resulta maior atenção a atitudes suspeitas nos locais em que está presente e maior desconfiança nas relações sociais (Minayo & Constantino, 2007; Souza & Minayo, 2005)

Ainda que obtendo o conhecimento da necessidade de apoio social como cita Bernal (2010, p.158) o apoio social contribui para reduzir as alterações do estado de ânimo, moderando o nível de ativação e ajudando no seu controle, o indivíduo que recebe apoio pode conseguir adaptar-se melhor à situação estressante, reduzindo as consequências negativas.

Portanto é possível constatar diante do exposto que a atividade policial traz sérios impactos em suas relações sociais pois na maioria das vezes não conseguem relaxar vivem desconfiados e não conseguem desfrutar de uma maneira saudável do convívio social.

2.4 INTERFERÊNCIA NA VIDA FAMILIAR

A literatura tem apresentado que as interferências do trabalho na vida familiar têm várias consequências negativas para o trabalhador, para o trabalho e para as suas famílias pois as dificuldades de conciliar os papéis no trabalho e na família diminuem o bem estar.

Conforme Campos (2004) a família é um sistema de suporte sendo referência do cuidado básico do ser humano e, quando presente, estável, sensível, ativa e confiável, protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura, aumenta a sobrevida

Segundo Bernal (2010, p. 60) “o contexto familiar tem um papel importante, pois quanto melhor funcione, quanto melhor for a sua coesão e quanto mais e melhor o indivíduo esteja integrado nela maior será o apoio social”.

Ainda mesmo autor acrescenta que em nossa sociedade que a família é a maior fonte de apoio social, mas devido a atividade exercida pelo policial civil há sérias dificuldades muitas vezes no âmbito familiar.

o suporte social familiar são indicadores de que o apoio dessas redes pode fazer a diferença na manutenção da saúde do policial e conferir a ele resiliência e força no enfrentamento das demandas nocivas do trabalho. Castro (2015).

Como relata a pesquisadora Minayo (2004) e colaboradores pois em seus estudos acrescenta que do ponto de vista emocional, os estudos internacionais e também os seus reafirmaram os efeitos do risco e do desgaste sobre o emocional desses servidores público resultando em alcoolismo e drogadicção, insônia, tornando-os vigilantes, agressivos levando a dificuldades conjugais e à violência intrafamiliar e perpetração, tentativa ou ideação de suicídio.

Os autores ainda acrescentam em seus estudos que em relação a características de desconfiança presente no policial, há concordância entre o familiar e o policial, ocasionando afastamento relacional entre ambos. Zanelli (2010, p.38) confirma que a influência dessa interferência traz sérios agravos a saúde como: níveis de pressão arterial, de colesterol, de problemas gerais de saúde física e da adoção de comportamentos pouco saudáveis como: dependência de substâncias, utilização de medicamentos, abuso de álcool e tabaco.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa Trabalho e Saúde do Policial Civil uma Análise do Serviço Social, tem como objetivos: conhecer as condições de trabalho do Policial Civil no espaço sócio institucional; apresentar a realidade de trabalho da categoria; verificar se há interferência do trabalho do policial em sua dinâmica familiar e compreender o impacto da atividade policial em sua vida social.

O trabalho dentro das empresas privadas é privilegiado pois tem maior amparo com uma equipe multidisciplinar o que não acontece de modo planejado para com o servidor público no âmbito da Polícia Civil.

O estudo baseou-se em uma análise bibliográfica no decorrer de todos os capítulos e foi possível contemplar no primeiro capítulo a história da categoria desde os seus primórdios o que constata que a profissão sempre foi uma forma de exercício do poder do Estado.

Constatou-se que as condições de trabalho realizado pela categoria levam-nos a desenvolver estratégias “coletivas de defesa”, contra o sofrimento gerado pela própria organização do seu trabalho. Outro fator de sofrimento é o estresse gerado no ambiente de trabalho em consequência gerada pela carga horária excessiva, gestores autocratas etc.

O Estado investe na infraestrutura da segurança através de melhores instalações, carros, rádios, armas etc. mas deixam a segundo plano o bem estar físico e psicossocial destes profissionais.

O trabalho quando não é um fator de realização humana se transforma em instrumento de sofrimento, em que o trabalhador resiste apenas pela sua necessidade

de sobrevivência. No caso do policial civil, o sofrimento causado na atividade profissional vai além do ambiente organizacional.

Foi possível entender o sofrimento dos Policiais Civis em suas relações sociais visto que devido ao enfrentamento da violência vivem desconfiados evitam ou selecionam amizades e deixam de frequentar determinados lugares pois são desconfiados e tentam preservar suas vidas e a de seus familiares.

Sendo assim foi também percebido a interferência do trabalho deste profissional no âmbito familiar que muitas vezes resulta em divórcios e até mesmo na violência intrafamiliar.

Conclui-se diante do exposto que se faz necessário a inserção do assistente social na saúde do trabalhador da instituição Polícia Civil cujo objeto de intervenção são as expressões da questão social presente na saúde do trabalhador. Visto que o assistente social é um profissional propositivo e executivo de projetos que promovam o bem estar físico e psicossocial que contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares, promove a autonomia dos sujeitos e viabilizam direitos.

Espera-se que o desenvolvimento deste trabalho traga uma nova visão para a sociedade, acerca do policial civil e do seu trabalho ressaltando os impactos da profissão acabam interferindo em todas as áreas da vida.

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2015.

BERNAL, Anastácio Ovejero. *Psicologia do Trabalho em um Mundo Globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BETIOL S. I. M. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho - Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Atlas.

CAMPOS, E. P. (2004). Suporte Social e Família. Em: J. Mello Filho (Org.), *Doença e família* (pp. 141-161). São Paulo: Casa do Psicólogo.

CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. Prevalence of Mental Disorders and Perception of Family Support in the Civil 52 Police. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 2, p. 271-289, 2015.

CATÂNEO, Marciel Evangelista. *Ética moderna*. Palhoça: UnisulVirtual, 2009.

DEJOURS, Christophe. *A LOUCURA DO TRABALHO: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DIAS, Elizabeth Costa et al. A atenção à saúde dos trabalhadores no setor saúde (SUS), no Brasil: realidade, fantasia ou utopia? 1994.

GALLO, Sílvio (coord). *Alienação: (des) Humanização do Homem no Trabalho*. In, *Ética e Cidadania: Caminhos de Filosofia*. Campinas, SP: Papilus, 1997.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. *Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática*. Barueri: Manole, 2004.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997. HOLLOWAY-Polícia-Império. Acesso em: 11 de abr. 1997

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: esboço de uma interpretação histórico-metodológico*. São Paulo: Cortez, 2014.

MASI, Domenico de. *O Futuro do Trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Tradução de Yadra A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2010.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda. *Serv. soc. soc*, n. 107, p. 461-481, 2011.

MINAYO, M. C. S.; Souza, E. R., & Constantino. P. (2007) Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*.

_____, MCS, Souza ER. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond; 2003.

SCURO NETO, Pedro. *Sociologia Geral e Jurídica: manual do curso de direito*. São Paulo: Saraiva, 2004.

SILVA, Rosélia Mendes da Silva. *Os Impactos da Profissão na Vida do Policial Civil*. 2010, Monografia – Faculdade UNISSAN, Rio de Janeiro.

ZANELLI, José Carlos. *Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências*. Artmed Editora, 2010.